

José Eduardo Agualusa

O Paraíso e Outros Infernos



QUETZAL Obras de José Eduardo Agualusa

*Para a Yara, com quem venho aprendendo a atravessar o tempo;
para o Lula Arraes e a Vanessa Rimbau Pinheiro, que me têm
ajudado a compreender o Brasil; e para o Sérgio Guerra, que me deu
condições para pensar e escrever sobre Angola.*

*«Todo o fim é contemporâneo de todo o princípio.
Só aos nossos olhos é que vem depois.»*

AGOSTINHO DA SILVA



Quarta-feira, 20 de agosto de 2014

A TARDE ESPREGUIÇA-SE NA VARANDA. Agosto alastra-se pelo mundo como uma epidemia. Leio nos jornais que num deserto da Tunísia, em Gafsa, emergiu um lago. Na Sibéria, na península de Yamal, numa região conhecida como «fim do mundo», a terra afundou-se de repente, dando origem a três profundas crateras. Vinte doentes com Ébola fugiram de uma clínica, nos arredores de Monróvia, a capital da Libéria, após a mesma ter sido atacada por manifestantes. Os manifestantes recusam-se a acreditar que a epidemia seja real. Os doentes continuam em fuga, contaminando outras pessoas.

Fecho os olhos, enquanto escuto o alaúde de Anouar Brahem. A música não vence a entropia, mas adia-a.

1. Catalogando monstros

NOS ÚLTIMOS TEMPOS VENHO PENSANDO MUITO NUM ROMANCE da escritora portuguesa Clara Pinto Correia, intitulado *Os Mensageiros Secundários*, um belo título roubado à biologia. Mensageiros secundários são iões ou pequenas moléculas que transmitem sinais no interior das células. Clara Pinto Correia, que, aliás, é bióloga, com uma longa carreira como investigadora, lembrou-se de escrever o romance depois de encontrar num qualquer arquivo

dezenas de panfletos publicados em Lisboa, nos meses que precederam o grande terramoto de 1775, dando conta do avistamento de monstros e aberrações. O narrador do romance, um professor universitário norte-americano chamado Chuck, desconfia que tais monstros sejam uma espécie de mensageiros. Eles anunciam os grandes desastres. Estudando os panfletos, Chuck compreende que há uma coincidência entre os avistamentos e o terramoto. Os monstros caminham em direção à cidade à medida que se aproxima o dia do cataclismo.

Naquela época havia no mundo uma extraordinária diversidade de monstros: sereias, grifos, gigantes, amazonas, antropófagos, ciclopes, arimaspos ou blénias — estes últimos, homens sem cabeça, com a boca e os olhos inseridos no peito. Eu gosto em particular dos ciápodes, seres com um único pé, enorme, que erguiam como proteção para o sol, e dos ástomos, homens sem boca, com o corpo coberto de pelos, que se alimentavam de odores, podendo morrer caso o cheiro fosse demasiado intenso.

Os monstros dos nossos dias são muito diferentes. Não se distinguem por nenhuma anomalia física, ou por uma qualquer bizarra capacidade ou poder, mas pela extrema deformidade moral. Ao contrário dos ciápodes ou dos ástomos, não há neles nem um fotão de poesia, nem o mais remoto vestígio de humor. Havendo humor, havendo poesia, há sempre humanidade. Vejo mais humanidade num ástomo do que em certos dirigentes mundiais.

Estes «novos monstros» lembram o filme com o mesmo título, dirigido por Dino Risi, Ettore Scola e Mario Monicelli em 1977. O filme é composto por nove estórias breves, apresentando cada uma delas um tipo diferente de monstro moral. Vi-o ainda adolescente mas nunca mais esqueci alguns desses monstros, como o filho cruel que interna a mãe velhinha e ingénuo num asilo tenebroso, ou a mãe que vende a filha menor como atriz de filmes pornográficos.

Os novos monstros caminham entre nós. Alguns movem-se com subtil discrição. Outros são figuras públicas, respeitadas e

com enorme influência. Entre todos estes novos monstros há os triviais e aqueles cujas deformações morais, de tão insufladas, os transformam numa espécie de supermonstros. A impressão que tenho é que esta última espécie se vem propagando de forma inédita e assustadora.

Pensando no romance de Clara Pinto Correia, comecei a estudar os jornais, anotando por um lado as tragédias provocadas por ação humana — guerras, tiroteios em escolas, incêndios, massacres, atentados terroristas —, e, por outro, os grandes desastres naturais, dos furacões aos terremotos, secas e maremotos. Coloquei na parede do meu escritório um imenso mapa-mundo, que comprei, faz anos, na Livraria Altair, em Barcelona, e nele vou assinalando a presença dos supermonstros e a ocorrência das catástrofes. Percebo, horrorizado, que Chuck estava certo. Daqui a algum tempo já serei capaz de adivinhar onde e quando ocorrerá o próximo terremoto; onde e quando eclodirá a próxima pandemia, só pela multiplicação e progressão dos supermonstros.

A boa notícia é que Angola, Brasil, Portugal e restantes países de língua portuguesa parecem, pelo menos até ao momento, relativamente longe das rotas principais dos supermonstros. Não significa que os monstros não ocorram entre nós. Ocorrem, mas percebe-se que são, no geral, monstrosinhos tresmalhados, desajeitados, sem convicção nem seriedade. A alguns acho-os claramente horrores de imitação, sustos de fantasia; se alguém lhes der um empurrão caem-lhes logo os dentes postiços e as garras improvisadas.

Assim, é de supor que estaremos a salvo, pelo menos nos tempos mais próximos, de terremotos, furações, pragas e epidemias. Contudo, melhor prevenir. Sigo mapeando ocorrências, catalogando monstros. O conselho que vos dou, caros leitores, é de que evitem as grandes cidades. O fim do mundo começará no asfalto. Povoados remotos, praias cercadas de palmeiras e de solidão, estão totalmente fora das rotas dos supermonstros. Eu já escolhi a minha praia. Fica numa ilha, muito a sul, onde toda a

gente se conhece pelo nome. O fim do mundo nunca chegará a um lugar assim.

2. A ilha dos poetas mortos

PEQUENAS ILHAS TENDEM A SER LUGARES LONGE DO MUNDO, e portanto territórios propícios ao inesperado — à aventura. Li *A Ilha do Tesouro*, de Stevenson, em criança, e depois passei anos à procura dela. Finalmente, encontrei-a. A minha Ilha do Tesouro é a Ilha de Moçambique, também chamada Muhipiti. O tesouro é a própria ilha, a ilha inteira, com os seus casarões antigos, as igrejas e mesquitas, as remotas matriarcas, vestidas de panos coloridos, em cujas veias corre sangue europeu, africano e asiático.

Voltei a Muhipiti, e ao seu amplo sossego, para terminar um romance, e três dias depois já estava pensando em abandonar aquele e começar outro, no qual a própria ilha seria a personagem principal.

Enquanto escrevo este texto, sentado à mesa do Café-Restaurante Ancora D'Ouro (onde Rui Knopfli viu Jorge de Sena escrever, numas folhas timbradas da Olympic Airways, o poema «Camões na Ilha de Moçambique» — como recordou o meu editor português, Francisco José Viegas, numa das suas crónicas), vejo sair da igreja em frente um bando alegre de meninas, cantando um louvor a Nossa Senhora. Ouve-se, ao longe, o grito do muezim chamando à oração. Muito perto, é possível visitar um antigo templo hindu, encimado por duas suásticas.

Com apenas três quilómetros de comprimento e 300 metros de largura, a Ilha é considerada pela UNESCO Património da Humanidade.

Quando Vasco da Gama desembarcou nestas praias de areia branca e corais, em 1498, a Ilha já era uma povoação importante, com forte presença árabe e suáli, sujeita ao sultão de Zanzibar. Os árabes ainda aqui estão, embora em menor número, e Vasco

da Gama também, neste caso sob a forma de uma estátua, que contempla, com um tédio infinito, o mar azul-turquesa. Quem também continua na Ilha, também ele em condição de pedra, infelizmente não muito harmoniosa, é o poeta Luís de Camões. A Ilha, aliás, sempre atraiu poetas. Além de Camões, que aqui viveu dois anos, também passaram por esta cidade, e em alguns casos deixaram descendência, Tomás António Gonzaga, Bocage, Jorge de Sena, Miguel Torga, Alberto de Lacerda, Rui Knopfli, Mia Couto ou Nelson Saúte.

O que salvou a Ilha foi o esquecimento. O primeiro grande golpe resultou da abolição do tráfico negreiro; o segundo, da transferência da capital para Lourenço Marques, hoje Maputo, em 1898. O prolongado abandono, que se acentuou com a independência e a violenta guerra civil, explica a preservação de uma traça arquitetónica relativamente uniforme, que combina a tradição árabe e a portuguesa.

Moçambique, portanto, principiou aqui. Foi um começo feliz. Se o país inteiro tivesse seguido e alargado a demorada tradição de mestiçagem e de pacífico convívio religioso e cultural desta minúscula ilha, talvez estivesse hoje em melhor situação.

Tomás António Gonzaga chegou à Ilha em 1792, aos 48 anos, condenado a dez anos de degredo devido à sua participação na Inconfidência Mineira. Não levou muito tempo para esquecer Marília, ou melhor, Maria Doroteia Brandão, que conheceu em 1782, quando esta tinha 16 anos e ele 38. Logo em 1793, o poeta casou-se com uma moça moçambicana, Juliana de Sousa Mascarenhas, filha de um próspero comerciante de escravos. Juliana não lhe terá inspirado poemas; em contrapartida, deu-lhe dois filhos. Os descendentes do poeta contam-se hoje às dezenas, estando espalhados por vários países do Mundo. De todos estes descendentes apenas dois, dona Flora e dona L.M., permanecem na Ilha. A primeira é uma senhora afável, que gosta de falar da história da cidade, e gere um pequeno hotel num dos casarões herdados da família.

O passado está tão vivo nas ruas tortas da velha cidade que há quem se tenha instalado nele e não o abandone nunca. A dona L.M. é uma dessas pessoas. Vi-a, há dias, a falar animadamente com alguém, neste mesmo café onde agora escrevo. Estava sentada a uma das mesas. Não havia ninguém diante dela. Reparando no meu espanto, esclareceu-me: «Estava a dizer aqui ao Rui Knopfli...»

Knopfli morreu em 1997. Explicaram-me, mais tarde, que a dona L.M. continua a encontrar-se não apenas com Knopfli, mas com muitas outras figuras que se movimentavam pela cidade na época colonial. A mim agrada-me a ideia de que essas figuras, em particular os poetas, continuem a passear-se pela cidade, ainda que só alguns de entre nós, muito poucos, tenham o privilégio de os ver e de conversar com eles.

3. Toda a poesia ambiciona ser canção

NA SEMANA PASSADA CONHECI MARIA BETHÂNIA EM MAPUTO. Contou-me que guarda de Angola uma boa impressão. Explicou-me o porquê: ao desembarcar em Luanda encontrou esperando por ela um sujeito enorme, bonito, impecavelmente vestido de branco. «Sou o seu motorista», apresentou-se o homem. «Chamo-me Jesus de Nazaré.»

Em Maputo, Maria Bethânia não teve a boa fortuna de ter como motorista Jesus de Nazaré, mas, em contrapartida, encontrou uma cidade muito mais arejada, verde, limpa e descontraída, não obstante a situação política, bastante tensa, que tem afligido os moçambicanos nos últimos meses. Bethânia trouxe a Maputo um belíssimo «Ensaio Poético», ao longo do qual versos de poetas africanos, brasileiros e portugueses se amarram uns aos outros com um certo engenho e tanta naturalidade que quem não conheça bem aqueles autores pode ser levado a crer que se trata de uma única peça.

Bethânia tanto canta versos de Fernando Pessoa quanto declama Caetano, e ao fazê-lo mostra como são artificiais as fronteiras entre a poesia e o que se convencionou chamar «letras para canções». Foi isso, afinal, que a Academia Sueca pretendeu realçar ao atribuir o Prémio Nobel de Literatura a Bob Dylan, escritor de canções. Mais do que laurear Dylan, os suecos premiam a palavra cantada.

Já o ano passado a cada vez mais ousada Academia Sueca surpreendeu o mundo, premiando uma jornalista, a bielorrussa Svetlana Alexievich. O prémio foi uma oportunidade para discutir o que distingue jornalismo de literatura. A resposta — basta ler o assombroso e terrivelmente angustiante «Vozes de Chernobyl», de Alexievich, para chegar a tal conclusão — é que não há porque impor fronteiras. Uma reportagem pode ser literatura, e da melhor!, sem deixar de ser bom jornalismo. Há bom jornalismo sem literatura; boa literatura em mau jornalismo e grande jornalismo que é excelente literatura.

Caetano Veloso pode apresentar-se como poeta. Chico Buarque igualmente, tanto quanto Ferreira Gullar ou Eucanaã Ferraz. Gosto muito de escutar Leonard Cohen — aquela voz rouca, carregada de sombras e presságios; os poemas que ele canta, porém, não perdem a estranha luz que os anima se acaso os acharmos entre as páginas de um livro, desapossados das asas da melodia. E o que dizer de Jacques Brel?

Toda a poesia ambiciona ser canção; quando não ambiciona provavelmente não é poesia. O que acontece é que, infelizmente, a maioria dos poetas não sabe cantar.

Pode discutir-se, portanto, o nome do premiado, mas não me parece justo contestar que o prémio distinga um escritor de canções.

O indignado clamor que se levantou, um pouco por todo o Mundo, ao conhecer-se a decisão da Academia Sueca dificilmente teria ocorrido se a mesma tivesse premiado não Bob Dylan, cujas letras são mais vezes banais do que surpreendentes (ou seja:

do que poesia), e sim, por exemplo, Leonard Cohen. Dylan é um excelente compositor que acontece, aqui e ali, ser arrebatado pela poesia. Cohen é, esse sim, um poeta a tempo inteiro.

O melhor de todo o episódio foram as piadas nas redes sociais. «Gosto imenso do Bob Dylan. Tenho os livros todos», comentou o escritor português João Tordo. Um editor revoltado acrescentou: «Dylan sempre esteve muito à frente: por exemplo, começou a escrever audiolivros antes sequer de surgir o conceito de audiolivros.»

Voltando a Moçambique, lembrei-me de que Bob Dylan esteve por cá nos tempos eufóricos da revolução, creio que em 1975. Dessa passagem rápida ficou uma canção, «Mozambique», cuja letra (a Academia Sueca que me perdoe, mas neste caso custa-me a escrever poesia) celebra a beleza das praias moçambicanas e das garotas que as frequentam. Estranhamente, não há a menor referência ao processo revolucionário que, na época, seduziu intelectuais do mundo inteiro. Eis alguns versos, brutaemente traduzidos por mim para português: «Tem um montão de garotas gostosas em Moçambique / e tempo de sobra para um bom romance / todo o mundo gosta de relaxar e conversar / dê uma chance para alguém especial / ou apenas diga olá com um piscar de olhos.»

A «Garota de Ipanema», convenhamos, dá dez a zero às garotas de Maputo, de Bob Dylan, e a culpa não é das garotas de Maputo. Vinicius, a propósito, merecia todos os prémios literários.

Domingo, 19 de maio de 2013

O RAPAZ ESTÁ CERCADO. Cai no chão. Não procura defender-se. Um homem traz palha e jornais velhos e cobre-lhe o corpo. Ao redor as pessoas comentam o que se passa, com uma espécie de

curiosidade distante. O homem que cobriu o corpo do rapaz com palha rega-o com gasolina, larga fogo, e afasta-se. Também os curiosos se retiram, sem urgência, enquanto o fogo alastra e cresce. Então o rapaz salta, coberto pelas chamas, aos gritos, e esse é o único instante em que a tragédia parece real — isto é, em que se parece com aquilo que vemos nos filmes.

Um vídeo mostrando o episódio acima descrito circulou durante os últimos dias nas redes sociais frequentadas por angolanos. Não causou particular escândalo. Os comentários de quem o testemunhou, aliás, não me pareceram muito diversos daqueles produzidos pelas testemunhas no terreno.

O pior horror não é o horror em si, mas o silêncio ao redor.

O mais difícil de aceitar não são as câmaras de gás destinadas a exterminar os judeus, e sim a facilidade com que os engenheiros alemães as conceberam e construíram. Isso, ou o sono sem pesadelos dos pilotos que largaram as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki e as gargalhadas deles enquanto procuravam um nome divertido para lhes dar: «Little Boy» e «Fat Man».

Isso, ou os anúncios, nos jornais do século XIX, recompensando quem informasse sobre escravos fugidos. Etc.

Se por vezes sinto dúvidas sobre o destino da Humanidade, não tem tanto a ver com as manifestações de insensatez e violência que vou testemunhando, como com a indiferença perante as mesmas. Recupero ao fé graças, tantas vezes, a gestos simples, como ver uma jovem em lágrimas diante da imagem de uma criança ferida, na exposição da World Press Photo 2013, no Museu da Eletricidade.

No caso de Angola, a minha esperança renasce, a cada dia, graças, sobretudo, ao inconformismo, à generosidade e ao talento de uma nova geração. O movimento democrático surgido em Luanda, em 2010, inspirado pelas revoluções no Norte de África, contou desde o início com a participação de figuras ligadas à música popular e de intervenção. Ao longo do tempo foi amadurecendo, e desdobrando-se em novos projetos cívicos e culturais.

Entre estes, destaca-se um pequeno grupo de cantores e compositores conhecidos como Geração 80. A voz mais notável deste grupo é a de uma jovem de 24 anos chamada Aline Frazão. Natural de Luanda, Aline estudou em Lisboa antes de se mudar para Barcelona, e depois para Santiago de Compostela. Quem me falou dela pela primeira vez, com um entusiasmo que, na altura, me pareceu excessivo, foi António Zambujo. Assim que a ouvi cantar, porém, compreendi o entusiasmo de Zambujo. Em Aline não é apenas a voz — doce, quente, sensual — que surpreende. É, mais do que isso, a inteligência de um projeto, que não hesita em misturar o melhor e mais sofisticado som da música popular urbana de Angola (ou seja toda a herança deixada pelo mestre Liceu Vieira Dias e os seus N'Gola Ritmos), com o melhor da música popular brasileira. De resto, se algo explica a vitalidade da música africana é a voracidade e a alegria com que devora e incorpora outras tradições. Em 2011, Aline lançou o seu primeiro álbum, *Clave Bantu*, integralmente com composições da sua autoria — e uma letra minha e outra de Ondjaki.

O segundo álbum de Aline, *Movimento*, lançado há poucos dias em Lisboa, cidade onde, entretanto, ela se fixou, confirma o imenso talento da jovem caluanda. «Kalemba», talvez o tema mais surpreendente do álbum, é um grito de fé no movimento de mudança: «Desde a praia ouviu chegando, / depois da desesperança, / o mar todo se elevando / na kalemba da mudança / (...) E quando o vento virar, virou / de que lado vais estar?»

Numa outra canção avisa: «Não olhes, senão vês!»

Quem tenha ouvidos, que ouça.

Quinta-feira, 4 de setembro de 2014

ESTA NOITE SONHEI COM PESSOAS que se transformavam em juízos e tentavam devorar-me. À tarde fui entrevistado por um

canal de televisão brasileiro para um documentário sobre a felicidade. Todos queremos ser felizes; poucas vezes, porém, paramos para pensar naquilo que nos traz alegria, ou infelicidade.

Nos últimos anos, assistindo ao rápido enriquecimento de um pequeno setor da sociedade angolana, e convivendo muito de perto com alguma dessa nova burguesia, pude comprovar o quanto há de justo no velho clichê segundo o qual «dinheiro não traz felicidade». Falando em felicidade, há quem a encontre na aventura e quem a encontre na repetição. A banalidade pode ser tão aconchegante quanto um velho sofá.

Perdi a conta das vezes em que escutei alguns desses «novos ricos» recordarem com saudade a infância, que, não tendo sido pobre (a miséria, isso é certo, não traz felicidade), também não foi vivida em berço de ouro. Naquele tempo a felicidade era uma bicicleta em segunda mão. A felicidade era almoçar no quintal, ouvindo os velhos contarem estórias do tempo do caprandanda. A felicidade era rodopiar no chão de terra batida. A felicidade era ouvir o Ruy Mingas cantar «Morro da Maianga». A felicidade era o muzongué da avó depois de uma noite de farra.

Entretanto passaram os anos e os meninos remediados cresceram e enriqueceram. Os tempos são outros, dizem. Compram o novo modelo da *Ferrari*, procurando repetir a gloriosa emoção que experimentavam, ao atirarem-se, ladeira abaixo, num carrinho de rolamentos, em direção à fresca corrente de um rio. Não conseguem.

Muitos dos nossos novos-ricos não se esforçaram para enriquecer. Não se cansaram. Agora, contudo, cansa-os a riqueza que possuem. Ter desgasta. Aprisiona.

Quanto a mim, sempre manifestei certo talento para a felicidade. Em todo o caso mais do que para o futebol. Vivo com pouco. Mantenho-me livre.

Escritores muito jovens tendem ao artifício fácil. A hiperadjectivação, por exemplo, é uma doença infantil da literatura. Mais, tarde, à medida que cresce, um escritor aprende a cortar.

A partir de certa altura compreendemos que o mais importante é a simplicidade. O mesmo quanto à vida. Cortando tudo quanto é artifício ficamos mais livres e, talvez, mais próximos da felicidade.

Sexta-feira, 5 de setembro de 2014

VIAJEI ESTA MANHÃ DO RIO DE JANEIRO PARA SÃO JOÃO D'EL REI, com um motorista vestido como um advogado, com a cruel argúcia dos advogados, e que logo me confessou trabalhar frequentemente para ministros e outros notáveis angolanos. Pessoas com muito dinheiro. Além de motorista, Ubiratan cria e vende papagaios, araras e outros pássaros ainda mais raros — e mais caros.

Em determinada altura passámos por um lugar chamado Quissama, ou melhor, Quissamã. Minutos mais tarde vi um bando de avestruzes despenteadas e atónitas. Ficaram elas mais surpresas ao ver-me do que eu ao vê-las, pois sei que as avestruzes estão na moda, e tenho encontrado criações um pouco por toda a parte. Em Budapeste, por exemplo, jantei há muitos anos num restaurante que serve apenas carne de avestruz.

Voltando à toponímia angolana do Brasil, lembro-me de ter estado em Catete (Rio de Janeiro), em Caxito (Rio de Janeiro), em Massangano/Massangana (Pernambuco), em Luanda (Pernambuco), em Caconda (São Paulo), em Cazenga (Minas Gerais), ou na Mutamba (Formosa do Rio Preto), na Bahia. Por vezes tem-se a sensação de que o mapa de Angola transitou inteiro para o Brasil, e aqui se expandiu e dispersou.

A matriz angolana do Brasil é evidente na toponímia e, mais do que isso, na quantidade de bantuisismos, originários sobretudo do quimbundo, do quicongo e do umbundo, que persistem no vocabulário do português brasileiro. O escritor, compositor, cantor e ensaísta Nei Lopes tem vindo a publicar diversos trabalhos

sobre o tema, entre os quais um apaixonante *Novo Dicionário Banto do Brasil*.

Seria interessante estudar a situação inversa, ou seja, avaliar o que ficou do Brasil em Angola. A formação de Angola correu paralela à do Brasil, um território alimentando o outro. Sendo certo que Angola formou o Brasil, não é menos verdade que o Brasil ajudou a formar Angola. Alguns dos governadores angolanos vieram do Brasil. No século XVII, os holandeses que tomaram Luanda saíram de Pernambuco, e trouxeram para Angola índios brasileiros. Mais tarde, a armada que saiu do Rio de Janeiro para combater os holandeses, capitaneada por Salvador Correia de Sá e Benevides, incorporou soldados negros do famoso Henrique Dias, e soldados índios do não menos famoso Filipe Camarão.

Já escutei por diversas vezes a improvável lenda segundo a qual a antiga família dos nossos Vieira Dias seria descendente direta do bravo Henrique Dias. Escrevo improvável lenda porque Henrique Dias nunca chegou a visitar Luanda. Ignoro, contudo, se familiares seus o terão feito.

Mossâmedes e o planalto da Huíla receberam colonos idos de Pernambuco, em meados do século XIX. Ainda se encontram descendentes destes pernambucanos na região. E os índios? Provavelmente haverá famílias angolanas, em Luanda e noutras cidades, descendentes daqueles combatentes tapuias e potiguares que as desvairadas voltas e reviravoltas da História arrastaram até Angola.

Ubiratan, o motorista, confidenciou-me que um dia um ministro angolano lhe encomendou 50 araras azuis, uma ave magnífica, que já esteve na lista de animais em vias de extinção. O ministro angolano queria levar as araras para uma das suas propriedades, no Sul do país.

«A minha mulher gosta de pássaros azuis», disse o ministro angolano a Ubiratan.

Ubiratan não lhe vendeu as araras.

Segunda-feira, 8 de setembro de 2014

RIO DE JANEIRO. Fui visitar a Juliana Luna, em Santa Teresa. A entrada faz-se por uma porta de ferro, numa rua muito abaixo do terreno onde se situa a casa. A porta dá para uma espécie de catacumba. Há umas escadas em cimento, mal acabadas, escassamente iluminadas, que sobem até ao terreno. Segui o esplendor da cabeleira dela, tentando não tropeçar nos degraus, e depois continuei a segui-la através de um quintal afundado no crepúsculo e no esquecimento.

A cabeleira de Luna é uma bandeira. Uma afirmação do poder da mulher negra.

Luna mandou colocar um varão de dança no meio do quarto, em frente à cama. Mostrou-me como se dança. Não me pareceu nada fácil. A seguir fomos a um velho cinema, a poucos metros da casa dela, rever o *Grand Budapest Hotel*. Jantámos no Sobrenatural.

Cheguei a casa já muito tarde. O telefone tocou. Era a Vanessa da Mata, insistindo para que a acompanhasse a uma festa na casa da Paula Lavigne. Lá fui. Estava o Djavan, o Otto, o Eminem, entre um monte de outros cantores e instrumentistas, a tocar e a cantar. Encontrei mais duas moças com cabeleiras semelhantes à da Luna. Usar o cabelo como afirmação identitária não é novo. Lembro-me muito bem da minha adolescência, na época em que Angola se tornou independente, e da febre dos jimis, que era o nome que então se davam às quindumbas volumosas, numa homenagem a Jimi Hendrix. Toda a gente que tinha cabelo competente usava jimi. Inclusive um dos meus primos, que dava forma e volume ao jimi dele, com grande habilidade, usando um agulhão de ferro. Hoje o meu primo é um branco quase inequívoco. Na época era mulato — algo que todos os jovens brancos ambicionavam, mas só raros conseguiam. Os mulatos, é claro, queriam ser negros. Também poucos conseguiam.